

PENHORA ON LINE COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

RENATA SIQUEIRA ALCÂNTARA¹

INTRODUÇÃO

A penhora *online*, objeto do presente estudo, é, modernamente, um dos grandes avanços na busca da tão almejada efetividade, consequentemente celeridade, mormente em se tratando de processo do trabalho. Pela amplitude se revela foco de interesse não só dos operadores do direito, como também, e principalmente, dos jurisdicionados, empregados, empregadores, representações, etc...

A utilização da *Internet* como meio para instrumentalização do convênio *bacenjud*, que permite o bloqueio de valores *online*, a possível afronta a princípios aplicáveis ao processo, entre outras questões, exsurtem como pontos analisados neste estudo. Não obstante ser um tema extremamente novo, o judiciário, em especial o TST tem investido maciçamente na sua implementação, sem, contudo, haver ainda base jurisprudencial que possa fornecer parâmetros de avaliação no âmbito processual. Entretanto, informações do Banco Central dão conta da sua utilização crescente.

Processo de execução

Na concepção do doutrinador Miguel Reale, o direito processual tem como objetivo o sistema de princípios e regras, mediante os quais se obtém e se realiza a prestação jurisdicional do Estado, necessária a solução dos conflitos de interesses surgidos entre particulares, ou entre estes e o próprio Estado.

A atividade executória na visão de Chiovenda, “é um conjunto de atividades atribuídas aos órgãos judiciários para realização prática de uma vontade concreta previamente consagrada em um título”. O instituto da execução foi criado como forma de atender anseio da sociedade no sentido de garantir ao detentor de um título executivo judicial/extrajudicial alcançar o que é seu de direito reconhecido, ou seja, a ter para si o bem jurídico material que a sentença atribuiu, caso não haja cumprimento voluntário pelo vencido/devedor.

¹ Advogada

Tal conceito ainda hoje impera quando a execução for fundada em título judicial. Esse modo de ver a execução como sendo fase complementar da ação foi superada pelos processualistas modernos.

De um modo geral a atividade executiva supõe antecipadamente uma prévia atividade cognitiva, para que se tenha certeza de poder invadir coercitivamente o patrimônio do devedor. No entanto, existem situações em que esse prévio conhecimento é desnecessário, em face da existência de lei que outorga eficácia executiva a certos títulos, atribuindo-lhes a certeza necessária para desencadear o processo de execução.

Princípio da menor onerosidade do devedor ou menor sacrifício do executado.

O princípio em destaque, na visão de Wambier, é de suma importância para o processo de execução, porquanto ao lado da efetividade deve-se buscar o caminho menos gravoso para devedor, em obediência ao artigo 620 do CPC. O objetivo do processo executivo, a princípio, é a satisfação do credor, com a efetivação do seu crédito previamente acertado, e não a punição do devedor. Essa só acontece quando há transgressão do direito, por meio de condutas indevidas, que devem estar previstas no ordenamento jurídico, cabendo ao juiz da execução apenas pô-las em prática sem adicionar outras, visto que, em se tratando de normas de sanção, seguem o princípio geral do direito relativo à legalidade. Para o autor *suso* mencionado, o artigo 620 é uma extensão do princípio da proporcionalidade, para ele: “sempre que houver a necessidade de um sacrifício de um direito em prol de outro, essa oneração deverá respeitar os limites do estritamente necessário princípio este que para todo o direito, não só o processual”.

Princípio da execução equilibrada ou do balanceamento dos princípios

Seguindo a linha de raciocínio de Greco Filho (2003), esse princípio retrata o conflito entre dois ou mais princípios. Retoma-se como exemplo, quando há de um lado, a preocupação com a menor sacrifício para o devedor e de outro lado que se satisfaça de maneira célere e aperfeiçoada o direito buscado do credor. No caso em questão, deverá ser levado em consideração um prévio juízo de valor. Deverá o julgador analisar concretamente as situações, fazendo um balanceamento de qual norma será aplicada, para sacrificar o outro apenas na medida necessária, compatibilizando conseqüentemente com os princípios fundamentais.

Execução por quantia certa contra devedor solvente

O CPC regulou separadamente as execuções, considerando a natureza da prestação a ser obtida do devedor, classificando-as em: execução para a entrega de coisa; execução das obrigações de fazer e não fazer, execução contra Fazenda Pública, execução de prestação alimentícia e execução por quantia certa ou por crédito monetário, esta subdividida em modalidades distintas conforme o devedor seja solvente ou insolvente.

No caso deste estudo, para melhor alcance do objetivo - analisar a penhora on line - será detido esforço na modalidade de execução por quantia certa contra devedor solvente.

A luz do CPC, mais precisamente no art. 646, a execução por quantia certa contra o devedor dito solvente, consiste em expropriar-lhe tantos bens quantos necessários para a satisfação do credor, sendo, portanto, ressaltado através dessa norma, o caráter publicístico do ato expropriatório, que é a manifestação do poder público e da soberania interna.

A execução por quantia certa contra devedor solvente é a forma de execução que consiste em expropriação de bens do devedor para obter a satisfação do credor. Essa expropriação pode ser realizada com a alienação de bens do devedor, com a adjudicação em favor do credor ou mediante outorga do usufruto de imóvel ou empresa.

Diante do recorrido, chega-se a conclusão de que execução por quantia certa contra devedor solvente é toda aquela que tem como fundamento obrigação de dar dinheiro, coisa fungível por excelência, ou seja, é um serviço público que o Estado realiza dentro da função jurisdicional, às custas de bens particulares. A sanção a ser realizada, *in casu*, é o pagamento coativo da dívida documentada no título executivo, que se inicia após a provocação do credor por meio de petição inicial e a convocação do devedor para pagar ou garantir a execução.

Os atos que integram o procedimento em causa consistem, especialmente, na apreensão de bens do devedor (penhora), sua transformação em dinheiro mediante desapropriação (arrematação) e entrega do produto ao exequente (pagamento).

Essas fases serão superadas caso ocorra o ato de apreensão sobre dinheiro, pois a execução será realizada de acordo com sua finalidade almejada que é o pagamento do débito com o bem que está em primeiro lugar na ordem preferência trazida pelo legislador através do art 655 do CPC.

Penhora

Greco Filho (2003), afirma que a penhora é o primeiro ato executivo e coativo do processo de execução por quantia certa. Entende-se como penhora o ato

pelo qual se apreendem bens para empregá-los de maneira direta ou indireta, na satisfação do crédito exequiêdo. Diretamente, quando o credor o adjudica ou dele usufrui até pagá-lo; e, indiretamente, quando é produto de alienação do bem (alienado em hasta pública) que satisfaz o crédito.

A penhora não constitui direito real, não perdendo o executado sua qualidade de proprietário do bem, já que ela é apenas um ato executivo, gerador de efeitos processuais e materiais. A penhora tem como efeitos processuais: individualizar o bem ou bens que serão destinados à satisfação do crédito, garantir o juízo da execução e criar preferência para o exequente. Em relação aos efeitos materiais da penhora, é dizer-se que ela priva o devedor da posse direta e induz à ineficácia das alienações.

Para o credor, a luz de Wambier (2000) e Theodoro Júnior (2001), a penhora especifica os bens do devedor sobre os quais irá exercer o direito de realizar seu crédito, passando a gozar, sobre eles e perante os demais credores quirografários, de um especial direito de prelação e seqüela. Se sobre o mesmo bem recair mais de uma penhora, terá preferência o credor que tiver algum privilégio de direito material. Os credores com garantia real terão preferência sobre os quirografários. Se todos os credores forem quirografários, aquele que tiver efetivado a penhora em primeiro lugar é que terá preferência. No que tange ao devedor, a consequência da penhora é a imediata perda da posse direta e da livre disponibilidade dos bens atingidos pela medida constritiva.

O efeito geral da penhora é *erga omnes*, de acordo com Theodoro Júnior (2001), fazendo com que todo e qualquer terceiro tenha que se abster de negociar com o executado, em torno do domínio do bem penhorado, sob pena de ineficácia da aquisição perante o processo e permanência do vínculo executivo sobre o bem, mesmo que passe a integrar o patrimônio do adquirente. Para que surta esses efeitos à penhora de bem imóvel deverá ser levada à inscrição no registro público competente.

Como já dito acima, a penhora é o primeiro ato executivo do processo de execução e para que ela se realize na sua perfeição, o devedor, caso não pague em dinheiro o débito no prazo estipulado pela lei (24 horas), deverá nomear bens. A nomeação de bens à penhora obedecerá à ordem do artigo 655 do Código de Processo Civil, cumprindo-se ainda as demais exigências do parágrafo 1º do mesmo dispositivo, entre as quais, a comprovação de propriedade, quando for o caso a certidão negativa de ônus, e a atribuição de valor aos bens. A ordem legal tem por escopo facilitar a execução, uma vez que a preferência é para os bens de maior liquidez, ou seja, os bens de maior facilidade de conversão em dinheiro.

O artigo 656, parágrafo único e 657 do CPC proclamam que uma vez aceita a nomeação, será reduzida a termo. Não concordando o exequente com a nomeação, decidirá de plano o juiz, declarando a ineficácia da nomeação se ocorrer uma das hipóteses do artigo 656, do mesmo diploma legal. Na hipótese da ineficácia da nomeação, o direito de nomear bens transfere-se ao exequente, que indicará ao juízo ou ao próprio oficial de justiça os bens que devem ser penhorados, independentemente da ordem de nomeação do artigo já citado, por meio de autor (CPC, art. 659). Ocorrendo a penhora sobre bem imóvel, será ressalvada a meação do cônjuge.

Porém, se a nomeação não atender às exigências legais, na concepção de Wambier (2000), o juiz a terá por ineficaz, salvo se convier ao credor. Se os bens do executado estiverem em outra Comarca, a penhora, a avaliação e a alienação serão feitas por carta, por tratar-se de regra de competência funcional, sendo, portanto, absoluta. Por ter essa característica, o juiz de uma comarca é absolutamente incompetente para efetivar a penhora em outra. Destarte, o meirinho não tem poderes para realizar a penhora em outra comarca, sob pena de vício de nulidade absoluta.

O devedor, como já fora visto, a princípio, responde com todos o seu bens perante seus credores, mas tal norma tem algumas restrições quanto aos bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis.

O CPC no seu artigo 649 enumera vários casos de bens patrimoniais disponíveis que são absolutamente impenhoráveis, como as provisões de alimento, o anel nupcial, os retratos de família, os vencimentos e salários, os livros, máquinas, utensílios e ferramentas necessários ao exercício da profissão, as pensões e montepios, o seguro de vida, etc.

Na busca de enxugar as fases da avaliação e arrematação que tanto desgasta quem está promovendo a execução, no caso o credor, e de resgatar o princípio da celeridade processual e da efetividade foi criado um novo instituto que é o da penhora on line. Contudo os princípios mencionados devem ser sopesados, na aplicação desse novo instituto, com direito do devedor de ser executado de forma menos gravosa possível, consoante se determina o artigo 620 do CPC.

Penhora on line

Os julgadores ao verificarem as mudanças tecnológicas e ao considerarem o direito como sendo uma ciência que acompanha as mudanças de comportamento ocorridas na sociedade, idealizaram uma forma de adequar o procedimento da penhora com a facilidade da Internet, levando o judiciário a firmar convênios no sentido de dar maior efetividade e enxugar o processo de execução, criando o que chamamos de penhora *on line*.

Para melhor se compreender o que é a penhora *on line* é preciso se conhecer um pouco a *internet*, pois uma não existe sem a outra. Blusmenchein (2000, p.40) define *internet* como “um conjunto de redes, conectadas entre si, que interligam diferentes tipos de computadores em todo o mundo”. Assim, com o surgimento da rede mundial Internet, inaugura-se a possibilidade de ganhos em vários aspectos (tempo, dinheiro, negociações, troca de dados, segurança, etc), estabelecendo uma forma rápida de ligar as pessoas que estão além de suas fronteiras territoriais.

A penhora realizada por meio da Internet, de forma *on line*, só foi possível devido aos convênios firmados entre alguns órgãos do poder judiciário e o Baco Central, fazendo originar o que se convencionou chamar de *bacen jud*, oficialmente chamado de Sistema de Atendimento das Solicitações do Poder Judiciário ao Banco Central.

Com efeito, o procedimento de penhora de ativos financeiros, em essência, não é novo, porquanto desde muito tempo o judiciário se auxilia do sistema bancário e do próprio Banco Central do Brasil, a fim de obter informações acerca da existência de recursos de pessoas que figuram como executados em processos. Entretanto, a novidade reside na forma de procedimento, ou seja, na dinâmica imprimida à operacionalização desta cooperação.

Anteriormente à instituição do novel procedimento, toda tramitação dos pedidos de informação, bloqueio e determinação de penhora de ativos depositados na rede bancária, era feita de forma manual. O que demandava muito tempo. Bem como ocupava um grande contingente de funcionários das instituições bancárias e do Bacen. Além do que, nem sempre era alcançado o objetivo a que se propunha, quer seja pela demora no resultado, quer seja pelo fato de que, em sendo manual o processamento, os pedidos eram encaminhados às agências bancárias onde o devedor mantinha relacionamento, o que permitia aos gerentes, em alguns casos, alertar o cliente, que sacava o dinheiro lá depositado, frustrando a constrição.

Segundo informações colhidas no *site* do Banco Central do Brasil (2004), para o juiz acessar o *bacen jud* é necessário verificar primeiro se o Tribunal no qual ele atua assinou o Termo de Adesão ao convênio firmado entre Banco Central e o judiciário. Verificado o primeiro requisito, terá que obter uma senha junto ao Master/Fiel do Tribunal, habilitando-se como usuário do sistema e por fim é só acessar o *site* (www.bcb.gov.br/judiciário). Para se habilitar como usuário do sistema, o juiz de posse da senha previamente cadastrada, preenche um formulário na *Internet*, solicitando as informações necessárias ao processo. O Bacen Jud, então, repassa automaticamente as ordens judiciais para os bancos, o que conseqüentemente diminui o tempo de tramitação e facilita o êxito do procedimento expropriatório. Todas as informações entre a Justiça, o Banco Central e as instituições financeiras,

são garantidas por máxima segurança, devido a utilização de sofisticada tecnologia de criptografia de dados.

Antes de se discorrer sobre a efetividade da penhora *online* no processo de execução, mister se fazer uma pequena digressão acerca do que se pode entender por princípio da efetividade.

Ensina Marinoni (1998), que a garantia constitucional de amplo acesso à justiça, inserta no artigo 5º, XXXV, encerrar igualmente o direito a uma prestação jurisdicional tempestiva e efetiva, querendo significar esse termo o resultado prático da questão posta. Nesse rumo Mendonça Júnior (2001, p.68) afirma que:

Processo efetivo é aquele que produz resultados dirigidos à realização do direito material. Podemos dizer: processo efetivo é aquele que resulta na tutela jurisdicional, tornando real o direito da parte. O processo efetivo é aquele com reais efeitos vinculados à realização do direito material, através da tutela jurisdicional.

Para que se alcance a tão almejada efetividade do processo, com a entrega do bem de vida perseguido em juízo, mister a concatenação de vários fatores entre eles elementos estruturais como Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, ensino jurídico, entre outros que podem contribuir com a técnica processual para que se confira efetividade ao processo.

Como de sabença geral, o processo só tem sentido como instrumento para realização de um direito material, sendo despiendo quando não conseguir atingir esta meta. Delosmar Mendonça Júnior (2001), assevera que “o direito (norma material) existe para realizar-se, o processo existe para realizar direitos”. Seguindo esta vereda, temos que a efetividade é fundamental para que se viabilize a função do Estado, não somente jurisdicional, bem como o seu objetivo precípua, que é a pacificação social. O ministro Figueiredo Teixeira, citado por Mendonça Júnior, arremata:

É que somente procedimentos rápidos e eficazes têm o condão de realizar o verdadeiro escopo do processo. Daí a imprescindibilidade de um novo processo: ágil, seguro e moderno, sem as amarras fetichistas do passado e do presente, apto a servir de instrumento à realização da justiça, à defesa da cidadania, a viabilizar a convivência humana e a própria arte de viver.

No que respeita à efetividade do processo de execução, esta se vincula a satisfação do crédito do exequente, quer seja pela entrega da coisa pretendida, quer seja pela entrega do valor correspondente. Assim, o instituto em estudo é de fundamental importância para o desiderato.

Para Correa, a grande dificuldade enfrentada para efetivação das execuções, além da possibilidade de inúmeros recursos em sede de embargos à

execução, indubitavelmente, era a impossibilidade ou, ao menos, grande dificuldade de se chegar aos ativos financeiros do devedor. Com efeito, o credor havia que fazer verdadeira *via crucis* para localizar contas de depósito do devedor, para possibilitar ao juiz determinar o bloqueio e penhora dos valores lá constantes. Ocorre que, na maioria das vezes, a própria instituição bancária depositária dos ativos, tratava de informar antecipadamente ao correntista a existência do mandado judicial de constrição, permitindo o levantamento dos valores antes da realização do bloqueio.

Hodiernamente, com a instituição do bloqueio *on line*, tal procedimento, que configura fraude a execução, ficou mais difícil. É que, como já dito, a ordem de bloqueio, no novo sistema, é emitida pelo juiz diretamente ao Banco Central, que processa o requerimento, localizando pelo CNPJ ou CPF, conforme se tratar o executado de pessoa jurídica ou pessoa física, contas mantidas em qualquer banco, determinando pelo sistema eletrônico que a instituição proceda ao bloqueio dos valores constantes na conta, até o limite do crédito.

Tribunal Superior do Trabalho (TST), conforme notícia, em 5 de março de 2002, foi um dos últimos órgãos judiciário a firmar o convênio com o *bacen jud*. Porém, somente nos últimos meses, cumpridas todas as exigências do Convênio, é que os Tribunais Regionais estão intensificando a utilização deste sistema instalado há um pouco mais dois anos, o atual sistema acelerou a fase final da execução dos débitos trabalhistas. “Até então, a execução na Justiça do Trabalho era um tormento”, afirma o ministro Abdala (2004, p. 2). Ele conta que havia dificuldades para encontrar bens do devedor com liquidez e, muitas vezes, não se achava bem algum a penhorar, “como acontece com essas empresas que fecham um dia, reabrem no outro, com novo nome, outro endereço, outros sócios, sócios-fantasmas, empresas-fantasma”.

Segundo o ministro o procedimento em comento permite que a satisfação do direito perseguido judicialmente seja efetivada em até 48 horas, ao passo que no sistema anterior levaria no mínimo seis meses.

As partes envolvidas no convênio denominado *bacen jud* vêm constantemente atualizando os procedimentos, a fim de tornar o sistema mais ágil e efetivo, bem como evitando prejuízos aos executados, corrigindo as imperfeições da forma original.

Neste sentido, exemplificativamente, verificou-se, em sede de execução trabalhista, que determinadas empresas de grande porte e atuação nacional que mantinham diversas contas, sofriam múltiplos bloqueios em várias contas ao mesmo tempo, configurando excesso de execução, bem como causando enormes transtornos ao seu fluxo de caixa redundando em prejuízos financeiros. Atento ao problema que acontecia no âmbito trabalhista, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em novembro de 2003, editou o Provimento 03/2003, regulamentando os

procedimentos a serem adotados para realização da Penhora *on line*. Neste normativo o TST assegurou às grandes empresas que litigam na Justiça do Trabalho, a possibilidade de cadastramento de uma conta única para sofrer a constrição eletrônica, cabendo aos juizes que irão realizar a penhora, antes do ato construtivo, consultar o cadastro mantido pela CGJT, localizando a conta previamente indicada, para nela proceder ao bloqueio, estendendo às demais contas do executado apenas quando naquela não houver saldo suficiente para satisfação da execução.

Há uma grande preocupação com a efetividade na execução maior problema na Justiça do Trabalho atualmente. Em recente artigo, o atual vice-presidente do TST, Leal (2004), asseverou entender ser a execução trabalhista o maior obstáculo à efetivação do direito do trabalhador. Para ele o trabalhador obtém da justiça o reconhecimento de seu direito, mas a decisão não ganha efetividade imediata, arrastando-se por anos.

Segundo o ministro, mesmo que o processo trabalhista seja resolvido em um tempo rápido, quando chega o momento de o trabalhador receber seu dinheiro tem início seu calvário, mesmo porque muitas empresas ou desaparecem ou há mudança de sócios. Com isso, quando o cidadão vai procurar seu empregador ele não existe mais ou não está mais naquele endereço. Para ele a justiça do trabalho precisa se aparelhar para vitrificar essas hipóteses que podem deixar o trabalhador com o seu direito prejudicado. “Vários Tribunais têm contato *on line* com juntas comerciais para detectar esses problemas e conseguem fazer uma penhora nas contas dos sócios daquelas empresas que estão recalitrando em pagar”.

Entende o Vice-presidente que o sistema de penhora *on line* é a grande ferramenta para concretização do direito material assegurado judicialmente ao trabalhador, de modo que tem estimulado o uso do instituto pelo juízo da execução.

A penhora *on line* ainda é matéria de grande controvérsia estando, inclusive, em tramitação Ação Direta de Inconstitucionalidade de número 3091/2003 movida pelo Partido da Frente Liberal (PFL), questionando o convênio *bacen jud*, conseqüentemente a própria penhora *on line*, ao fundamento de que tal procedimento fere o direito constitucional e ao sigilo bancário. Porquanto permite que o juizes bloqueiem e desbloqueiem recursos financeiros depositados em conta-corrente, conta de poupança, conta-salário, aplicações financeiras e até recursos depositados no exterior, quebrando, para tanto, o sigilo conservado pelas instituições financeiras e de estrita responsabilidade do Banco Central. Na ação, o partido pede também a inconstitucionalidade dos Provimentos 03/2003 baixados pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho que regulamentam o convênio (2004).

A referida ADIn protocolizada em 12 de dezembro de 2003 e distribuída para o Ministro Joaquim Barbosa tomou o rito determinado pelo artigo 12 da lei

9868/99 que preconiza que quando se tratar de matéria relevante passível de produzir efeitos de grande significado para ordem social e segurança jurídica poderá o Ministro relator deixar de apreciar o pedido liminar, submetendo diretamente o conhecimento da questão ao Tribunal (STF) na composição plena que poderá, inclusive, julgar definitivamente a ação. O procedimento adotado atesta a importância da matéria discutida penhora on line, e a magnitude de sua repercussão nas relações jurídicas em que possa ser utilizada.

Com relação ao sigilo bancário das pessoas físicas e jurídicas, fundamento de várias críticas ao convênio do Bacen Jud, o próprio sistema Banco Central (2004) tratou de esclarecer sobre o assunto no seu *site*, afirmando que não há de forma alguma quebra de sigilo bancário pelo procedimento da penhora on line, até porque não é permitido aos magistrados, após os bloqueio das contas divulgar, saldos ou movimentações financeiras. A instituição reforça sua afirmativa ao dizer que antes do advento do convênio suso mencionado, já era permitido por força de lei que os juizes efetuem bloqueios dos ativos financeiros e obtenham informações necessárias para instruir o processo e, conseqüentemente, auxiliar na sua decisão.

Nesse diapasão, o Banco Central serve como liame, entre as instituições financeiras e a justiça devido a sua facilidade de comunicação e, ainda, por ser depositário de todas as informações do sistema bancário nacional. Função esta que poderia ser desempenhada diretamente pelos magistrados no momento em que fosse bloqueada uma conta ou solicitada informações sobre as mesmas. Essa política de cooperação ao judiciário é desempenhada pelo Banco Central a mais de 20 anos, mais precisamente desde os anos 80.

Destarte, a única diferença do sistema já utilizado e o *on line* é que por meio desse às solicitações são muito mais rápidas, pois não há necessidade do envio em papel e nem envolvimento do *Bacen* no processo, o próprio juiz preenche um documento eletrônico via Internet, contendo todas as informações que necessita e, pelo antigo procedimento, estavam contidas num ofício comum. Diferentemente da forma já utilizada, onde as solicitações de penhora e/ou informações eram enviadas em papel, o que fazia com o que o procedimento se tornasse muito mais demorado e burocrático devido à triagem, a classificação e digitação e o reenvio das solicitações as redes bancárias, a penhora *on line* tem por objetivo a realização de todo este procedimento em alguns minutos, via eletrônica.

Contudo, a penhora *on line*, por meio do *bacen jud* apenas facilitou que um ofício que era enviado em papel fosse enviado eletronicamente pela *internet*, fazendo com que os serviços fossem racionalizados no âmbito administrativo do Banco Central em pouco tempo, além de possibilitar ao Poder Judiciário maior eficiência e agilidade no cumprimento de suas determinações.

O Banco Central atesta a real eficiência do sistema de penhora on line, por meio bacen jud, no que respeita à efetividade que o procedimento trouxe no cumprimento das solicitações manifestadas pelo judiciário desde a sua implantação.

Considerações Finais

Após o estudo sobre o tema, penhora *on line* como instrumento de efetividade no processo de execução, extrai-se que a introdução dessa nova ferramenta aplicada ao processo de execução tem sido vista como um promissor mecanismo para a agilização dos procedimentos, contribuindo, assim, para a tão almejada efetividade.

A utilização da *internet*, para se realizar a expropriação do bem, é algo ainda novo e pouco conhecido. Sabe-se que tudo que é novo e que traz transformações nas relações jurídicas causa vários questionamentos e não seria diferente com esse sistema que se inaugura atualmente.

O intuito principal desse trabalho foi apresentar um pouco do que é a penhora por via *on-line* e a sua efetividade, quem pode fazer uso desse sistema, como é realizada, e a visão de alguns pensadores do direito a respeito dos benefícios e malefícios que tal instituto pode trazer com a sua operacionalização.

Conclui-se que a penhora *on line*, embora em determinadas situações excepcionais possa vulnerar direitos do executado, o seu escopo é positivo no sentido de que, em regra geral, consegue conferir efetividade e celeridade ao processo executivo, com a conseqüente satisfação do direito material assegurado ao exequiente. Dessa forma, espera-se que esse novo instituto e se aperfeiçoe de tal forma que seja inserido no nosso ordenamento jurídico, mais precisamente na lei de processual civil, e que o seu uso pelos magistrados de toda a jurisdição brasileira seja rotineira, fazendo com que a execução não seja algo tão demorado para quem tem direito ao crédito e que busca o seu albergue no judiciário.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vantuil. TST aposta em penhora on-line para desafogar 1,5 milhão de ações Disponível em:< www.expressodanoticia.com.br>. Acesso em: 27 de Jan de 2004.

BLUMENSCHEN, Alberto Luiz. Manual simplificado do comércio eletrônico. São Paulo: Aquariana, 2000.

BRASIL, Código de processo civil (1973). CHAHALI, Yussef Said. 5.ed. rev. Atual. Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____, BCB. Funcionamento do convênio bacen jud. Disponível em < bcb/judiciário.gov.br > Acesso em: 02 de Mar. de 2004.

_____, TST. Provimento 03/2003. Disponível em : www.expressodanoticia.com.br>. Acesso em: 28 de mar. De 2004.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. Trad. J. Guimarães Menegale. Anot. Eurico Tullio Libeman. São Paulo: Saraiva, 1965.

ESTERNE, Jim. Marketing na Internet: integrando a web a sua estratégia de marketing. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, Marcos Vinícius Rios. Processo de Execução e Cautelar (coleção sinopses jurídica). 4 ed. São Paulo Saraiva, 2003.

MARINONONI, Luiz Guilherme. Novas Linhas do Processo Civil. 4 ed. São Paulo: Mallheiros, 2000.

REALE, MIGUEL. Lições preliminares de direito. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

SILVA, Ovídio Araújo Batista. Curso de Processo Civil: execução obrigacional, execução real, ações mandamentais. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro. Forense: 2001.